

# QUINTAIS COM PANC: ESPAÇOS PRODUTORES DE EDUCABILIDADE?

Cristina de Menezes Schittini<sup>1</sup>

Angélica Cosenza Rodrigues<sup>2</sup>

**Resumo:** O objetivo deste artigo teórico é discutir o papel dos quintais com Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC) como espaços produtores de educabilidade para uma Educação Ambiental crítica. Para tanto, abordaremos o sistema agroalimentar hegemônico e a relação com a negação ao Direito Humano à Alimentação Adequada. Logo após, confrontaremos tal sistema com o anúncio da agroecologia. Por meio de duas temáticas: a possibilidade de reafirmar o DHAA e a de construir conhecimentos afinados com a Educação Ambiental crítica, consideramos que, os quintais com PANC, são espaços de produção de conhecimentos que contribuem para uma educação crítica, a partir da valorização da memória, da identidade e da prática social de produzir alimento e de se alimentar.

**Palavras-chave:** Sistema Agroalimentar; DHAA; Educação Alimentar.

**Abstract:** The objective of this theoretical article is to discuss the role of backyards with Non-Conventional Food Plants (NCFP) as spaces that produce educability for a critical Environmental Education. To do so, we will address the hegemonic agrifood system and its relationship with the denial of the Human Right to Adequate Food. Soon after, we will confront this system with the announcement of agroecology. Through two themes: the possibility of reaffirming DHAA and building knowledge in tune with critical Environmental Education, we consider that backyards with NCFP are spaces for the production of knowledge that contribute to a critical education, based on the appreciation of memory, identity and the social practice of producing food and eating.

**Keywords:** Agrifood System; Human Right to Adequate Food; Nutrition Education.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: cris.schittini@gmail.com.

Link para o Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4763601867347927>

<sup>2</sup> Universidade Federal de Juiz de Fora e-mail: ar\_cosenza@hotmail.com.

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5695876294831067>

Revbea, São Paulo, V. 18, Nº 4: 242-259, 2023.

## Introdução

Na medida em que políticas públicas, que asseguravam nossos direitos humanos e constitucionais, sofreram desmontes no Brasil a partir do golpe de 2016, a perspectiva de um futuro digno se torna, desde então, cada vez mais utópica mediante o colapso ambiental<sup>3</sup>. Em nosso entendimento, se faz importante compreender saberes e modos de vida contra hegemônicos que se colocam como resistência ao *status quo*, modos estes que colaboram com a preservação da nossa sociobiodiversidade, assim como contribuem na garantia do nosso Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Este artigo, de natureza teórica, tem como objetivo entender o papel dos quintais com PANC (Plantas Alimentícias Não Convencionais) como espaços facilitadores de educabilidade, resistência e (re)existência. A pertinência dessa temática se dá quando os ataques à Educação (CAVALCANTI; FARAGE; FERREIRA; DIAS; BRANDÃO, 2020), à Educação Ambiental (LAYRARGUES, 2020) e à alimentação (PENSSAN, 2022) se intensificam a partir de 2019.

A questão que defendemos neste artigo é a de que os quintais com PANC possam ser espaços informais, produtores de educabilidade para uma educação crítica e de construção subjetiva de resistência à negação ao DHAA e às injustiças ambientais. Injustiças que são direcionadas aos grupos étnico-raciais, ou a determinados eixos geográficos, sendo atingidos de forma desproporcional por danos ambientais e violações de direitos humanos (ALIER, 2007).

Os quintais aqui são entendidos conforme Almada e Souza, (2017, p. 6) enquanto “a área em torno das residências, sejam elas rurais ou urbanas, que se encontram imediatamente ao redor da casa, prestando-se a diversas atividades da vida cotidiana, destacando-se ao cultivo de espécies vegetais e criação de animais”. Neste espaço é comum a presença de PANC.

O conceito Plantas Alimentícias Não Convencionais foi cunhado pelo biólogo Valdely Kinupp em 2007 e o acrônimo PANC pela nutricionista Irany Arteche, em 2008. São “todas as plantas que têm uma ou mais partes ou porções que pode(m) ser consumida(s) na alimentação humana, sendo elas exóticas, nativas, silvestres, espontâneas ou cultivadas” (KINUPP; LORENZI, 2014, p. 15), e que não são produzidas, comercializadas e/ou consumidas em grande escala, e, por vezes, não são conhecidas no senso comum, sendo não convencionais para um mercado global. É comum que o aproveitamento integral de alimentos também seja contemplado no termo PANC, uma vez que partes comestíveis não convencionais de plantas comestíveis convencionais também são compreendidas como PANC (KINUPP; LORENZI, 2014).

<sup>3</sup> Escolhemos utilizar o termo ‘colapso ambiental’ por concordar com Lourenço (2019) quando diz que o vocábulo ‘crise’ “seja inapropriado para designar o cenário ambiental atual, pois tradicionalmente carrega o sentido de evento imprevisível e temporário, características que, definitivamente, não fazem parte desse estado de coisas” (2019, p. 16). Da mesma forma, concordamos com Layrargues (2020) que alerta que não estamos vivendo um evento, e sim um processo de crises e colapsos.

O termo possui falhas uma vez que, uma determinada planta pode ser convencional em uma região e não convencional em outra (KINUPP; LORENZI, 2014), sendo assim, corroboramos com Raniere (2021, p. 24) que lança a pergunta: não convencional “para quem?” Nosso argumento é o de que são não convencionais para um mercado global e que as PANC de uma determinada cultura alimentar fazem parte de um conhecimento que vem sofrendo epistemicídio<sup>4</sup> em detrimento do sistema agroalimentar hegemônico. Da mesma forma, os quintais, que abrigam essas PANC, também estão em via de desaparecimento ou risco de perda, devido ao processo acelerado de urbanização e globalização (RANIERE, 2018).

A não valorização do conhecimento tradicional relativo às PANC pode acarretar a violação do DHAA, visto que esse direito tem estreita ligação com o conceito de comida de verdade descrito pelo CONSEA, Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que, entre diversos requisitos, “*protege e promove as culturas alimentares, a sociobiodiversidade, as práticas ancestrais, o manejo das ervas e da medicina tradicional, a dimensão sagrada dos alimentos*” (CONSEA, 2015, p.1).

Quais potencialidades educativas os quintais com PANC trazem? Como podem contribuir na resistência à negação do DHAA e ao colapso ambiental? Para responder a essas questões, neste artigo, abordaremos, em primeiro lugar, o sistema agroalimentar hegemônico enquanto uma das causas da negação do DHAA. Confrontaremos tal sistema com o anúncio da agroecologia, que se apresenta como um projeto societário, produtor de agroecossistemas saudáveis, potencializador da biodiversidade ecológica e da diversidade sociocultural, se afirmando na luta política e na superação das contradições impostas pela estrutura capitalista, patriarcal e racista (GUHUR; SILVA, 2021). Em seguida, defenderemos, nas duas últimas sessões, os quintais com PANC como espaços potenciais de construção de educabilidade por meio de duas temáticas construídas na imersão teórica proposta neste artigo: a possibilidade de reafirmar o DHAA e a de construir conhecimentos agroecológicos afinados com a Educação Ambiental (EA) crítica. A EA crítica defendida aqui é aquela que

ao abarcar dimensões sociais, culturais, políticas, econômicas e ecológicas da agricultura [...] coaduna-se a uma Educação Ambiental que se opõe a uma visão hegemônica de mundo, configurando um viés transformador para ações educativas e sociais (COSENZA, 2021, p. 77-78).

---

<sup>4</sup> O epistemicídio para Carneiro (2015) é um elemento constitutivo do dispositivo de racialidade/biopoder, pois vai além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados. É a negação da racionalidade do Outro ou assimilação cultural que, em outros casos, lhe é imposta.

## Sistemas alimentares: entre a hegemonia e a luta agroecológica

Um sistema alimentar engloba todos os elementos (meio ambiente, insumos, processos, infraestrutura, instituições etc.) e atividades relacionadas à produção, processamento, distribuição, preparação e consumo de alimentos, bem como os produtos dessas atividades, incluindo resultados socioeconômicos e ambientais. Está dividido em cadeias de abastecimento alimentar, ambientes alimentares e comportamentos do consumidor (HLPE, 2017).

O sistema agroalimentar hegemonic<sup>5</sup> é formado por grandes empresas agroalimentares que operam em escala mundial. “*É um modelo fortemente centralizado, um modo de ordenamento que tende a tornar-se dominante e personificado por grandes varejistas, mecanismos estatais, grupos do agronegócio, assim como leis, tecnologias, modelos científicos etc.*” (PEREZ-CASSARINO; BOSA; SIMÓES-RAMOS, 2021, p. 450). As principais consequências nefastas desse sistema são: ecogenoetnocídio<sup>6</sup>, fome, desnutrição, contribuição ao colapso climático e novas possibilidades de vivermos outras pandemias como a da COVID-19 (LAYRARGUES, 2020; PIGNAT e SOARES; LEÃO, 2021). Esse sistema dá às corporações capitalistas o controle das sementes, das tecnologias, da terra, do trabalho e da produção (FERNANDES, 2019), sendo um sistema de capital intensivo, que produz, principalmente, *commodities* agrícolas e produtos alimentícios, tendo como único objetivo o lucro.

O relatório The Lancet<sup>7</sup> (2019) nos alerta que estamos vivendo sob uma sindemia, ou seja, três pandemias simultaneamente – obesidade, desnutrição e emergência climáticas. Elas coexistem no tempo e no espaço, interagem entre si e compartilham fatores sociais fundamentais comuns, que surgem “*a partir dos alimentos, do transporte, do desenho urbano e dos sistemas de uso de solo, [...] moldados pelas políticas, incentivos e desincentivos econômicos e normas estabelecidos por meio de mecanismos de governança*” (THE LANCET; ALIMENTANDO IDEIAS, 2019, p. 6-7). A importância desse relatório se dá não apenas no conceito da sindemia que vivemos, mas também por desvelar os impactos da indústria de ultraprocessados, trazendo à tona a importância de olharmos o sistema agroalimentar de forma holística, e não apenas focado no agronegócio.

Layrargues (2020) também aponta que estamos vivendo 3 crises estruturais: emergência climática, erosão da biodiversidade e o adoecimento dos organismos, intoxicados pela indústria química, imbricadas em outras 3

<sup>5</sup> Também chamado de impérios alimentares.

<sup>6</sup> Ecogenoetnocídio é um neologismo proposto por Quinónez (2018) tendo a finalidade de integrar ecocídio, genocídio e etnocídio, para compreender, de forma holística, os fenômenos de destruição, violação e extinção dos direitos humanos e da natureza, que, muitas vezes, são entendidos de formas separadas pelos discursos governamentais e pelas ciências humanas e sociais.

<sup>7</sup> É um relatório da revista científica de medicina britânica de The Lancet, produzido por uma comissão de renomados especialistas que pesquisaram a coexistência e interseccionalidade de três problemas graves de saúde pública: obesidade, desnutrição e mudanças climáticas.

crises: o Antiecologismo, o Colapso Climático e a Pandemia do COVID-19. Em um ensaio apaixonado, o autor clama pelo sentimento de emergência em decorrência “*de mais um drama socioambiental de dimensões apocalípticas – o surgimento de uma severa pandemia [...] causada pelo absurdo nível de desequilíbrio ambiental*” (2020, p.26). Ao exclamar “Emergência!”, Layrargues reforça a gravidade dessas crises, uma vez que a saúde humana depende da saúde ambiental, e exige a urgência de uma Educação Ambiental que forme sujeitos ecopolíticos “*dotado de conhecimentos, competências e habilidades para agir politicamente na luta ambiental democrática contra políticas públicas ecocidas*” (2020, p. 25).

As denúncias feitas pelo relatório The Lancet e por Layrargues (2020) estão intimamente ligadas ao sistema agroalimentar hegemônico. Autores como Santos e Glass (2018) expõem que o agronegócio, ao artificializar espaços para a agricultura industrial, destrói biomas, o que reduz a nossa biodiversidade, faz uso intensivo de energia fóssil e água, êxodo rural, concentração de terras, contamina solo e água etc. Os autores Jaime *et al.* (2021) alertam que a indústria de ultraprocessados é a maior geradora de lixo plástico no mundo, liberação de bisfenol, emissões de gases do efeito estufa, assim como uso intensivo da água. O consumo dos ultraprocessados traz consequências para a saúde humana, como: sobrepeso, obesidade, diabetes, hipertensão e outras doenças cardiovasculares, depressão, câncer de mama e cânceres em geral, asma em crianças, disfunções renais e mortes prematuras. A proporção de obesos na população com mais de 20 anos de idade mais que dobrou entre 2003 e 2019, uma em cada 4 pessoas de 18 anos ou mais de idade no Brasil está obesa, o equivalente a 41 milhões de pessoas (BRASIL, 2020).

Na prática, bem diferente do discurso dos defensores do slogan “O Agro é Tech, Agro é Pop, Agro é Tudo”, ou de um conhecido canal informativo “Agro: de gente pra gente”, esse modelo de agricultura do sistema agroalimentar hegemônico é “*um dos maiores geradores de situações de risco e desastres socioambientais e sanitários de caráter global e pandêmico*” (PIGNAT; SOARES; LEÃO, 2021, p. 96). A própria pandemia do Covid-19 não surpreendeu os especialistas de zoonoses, uma vez que não faltam diagnósticos científicos relacionando as perigosas pandemias ao desmatamento de florestas nativas (LAYRARGUES, 2020). A pandemia afetou negativamente a saúde, os modos de viver, assim como a renda e o trabalho da população em todas as regiões. As injustiças ambientais<sup>8</sup> relacionadas ao sistema alimentar hegemônico ficaram mais visíveis, tanto quanto o não cumprimento da DHAA, como demonstra o II VIGISAN – Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Covid-19 no Brasil, que denuncia

<sup>8</sup> O Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) lança, em 2022, um mapa em defesa dos modos de produzir, viver e comer nos diferentes biomas do Brasil, onde há vozes de denúncia e resistência. A FIOCRUZ, desde 2010, disponibiliza um Mapa de conflitos que envolve injustiças ambientais e de saúde no Brasil com foco na visão das populações atingidas, suas demandas, estratégias de resistência e propostas de encaminhamento.

a situação de fome de 33 milhões brasileiras e brasileiros e de 125,2 milhões que convivem com algum grau de insegurança alimentar. As pessoas mais atingidas pela insegurança alimentar (IA) são mulheres que se declaram de raça/cor de pele preta ou parda e têm baixa escolaridade (PENSSAN, 2022).

Entendemos que o sistema agroalimentar hegemônico não assegura o DHAA pelo fato de produzir comida de verdade, ao contrário, produz *commodities* agrícolas e um alimento que desconsidera as dietas tradicionais e os contextos sociais e ambientais. Esse sistema contribui para a crise climática, ecológica e sanitária global (PIGNATI; SOARES; LEÃO, 2021).

Em alternativa, surge a agroecologia, que extrapola a dimensão da agricultura, sendo ciência, prática e movimento. Para Caldart (2019), a agroecologia nos convoca a pensar a relação sociedade-natureza como parte de um projeto societário. Se propõe a decolonizar o ser e o saber a partir da lógica da ecologia dos saberes e de outra racionalidade ambiental. Surge para resgatar a cidadania das/os pequenas/os produtoras/es que produzem comida limpa na escala que a humanidade demanda, tendo a proteção da biodiversidade como axiomática (MACHADO; MACHADO FILHO, 2017). Ela pretende viabilizar a construção de uma nova ontologia, nova epistemologia e uma nova práxis na contramão das bases estruturais do sistema agroalimentar hegemônico.

Enquanto ciência, incorpora os saberes ao conhecimento científico, uma vez que entende que o sistema de produção tradicional, campesino e/ou indígena fornece modelos e práticas valiosas para desenvolver uma outra agricultura. A agroecologia também abrange as dimensões de escala, social, política, econômica, ambiental, técnica, energética, administrativas, éticas e de soberania alimentar. Essas dimensões da agroecologia “são *indissolúveis, indissociáveis, integrais, indivisíveis, incontestáveis, indubitáveis, irrefutáveis e interdependentes*” (MACHADO; MACHADO FILHO, 2017, p. 192). É uma proposta de conhecimento-intensivo, direcionada ao direito da natureza, à soberania alimentar e, consequentemente, à soberania da nação, tanto quanto ética entre as relações estabelecidas nesse sistema complexo, tendo como meta combater as injustiças ambientais.

No que tange aos modos de produção agrícola tradicionais e campesinos, que fazem parte do sistema agroecológico, Amorozo (2002) chama atenção que estes têm sofrido pressões pela disseminação do modelo proveniente do sistema agroalimentar hegemônico. Esses espaços estão se desarticulando e perdendo espaço para a agroindústria, tendo um efeito negativo sobre o conjunto de germoplasma de plantas de cultivo, sejam elas nativas e/ou tradicionais, que são muito importantes para a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN), consequentemente, para o DHAA.

O DHAA é um direito inalienável, que para Machado (2017), além de ser um direito de estar livre da fome e o direito à alimentação adequada, o DHAA consiste na disponibilidade e acesso aos alimentos produzidos e consumidos

de forma soberana, sustentável, digna e emancipatória. Leão (2013) ressalta que a promoção da garantia desse direito

passa pela promoção da reforma agrária, da agricultura familiar, de políticas de abastecimento de água e saneamento básico, de alimentação escolar, do atendimento pré-natal de qualidade, da visibilidade de praticar o aleitamento materno exclusivo, da não discriminação de povos, entre outros (LEÃO, 2013, p. 31).

O DHAA tem relação de interdependência e inter-relação com outros dois conceitos, que são a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e a Soberania Alimentar e não há como tratá-los de forma isolada. Sendo assim, SAN consiste em assegurar o DHAA, respeitando a diversidade cultural, sendo um alimento ambiental, cultural, econômico e socialmente sustentável (BRASIL, 2006, p. 4). Já a soberania alimentar é conceituada, pela Via Campesina (2016), como o direito dos povos de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis, de produção, distribuição e consumo de alimentos, assegurando o DHAA, a SAN e reconhecendo o protagonismo da mulher.

Tanto o DHAA quanto os conceitos de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) fazem parte da questão alimentar, logo, estão relacionados à crise ambiental. A FAO, Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura, (HLPE, 2019) propõe que a disponibilidade de alimentos deva ser medida em calorias, porém, conforme os conceitos citados acima, tanto o DHAA quanto a SSAN estão para além de níveis calóricos consumidos no dia, uma vez que nosso direito diz respeito à comida de verdade. Assim, o CONSEA (2015) a conceitua como aquela que 1) é saudável para o ser humano e para o planeta; 2) garante o DHAA e, consequentemente, a SSAN; 3) protege e promove as culturas alimentares, o patrimônio cultural e genético; 4) é socialmente justa; 5) é produzida pela agricultura familiar com bases agroecológicas; 6) reconhece o protagonismo da mulher; 7) respeita os princípios da integralidade, universalidade e equidade; 8) contribui para erradicar a fome e promove alimentação saudável e 9) promove a saúde e paz entre os povos. Ou seja, a comida de verdade que assegura o DHAA é agroecológica.

Com a perda dos espaços e saberes tradicionais, se faz necessário observar locais outros, que possibilitam resistência no seu modo de vida e que são ricos depositários de germoplasma. Desse modo, os quintais, para Almada e Souza (2017) são espaços de manejo do cotidiano, santuários da agrobiodiversidade, importantes para observação de valores culturais de espécies cultivadas, funcionando como reservas de alimentos e de material genético. Tendo as mulheres como protagonistas da prática de construir e manejar quintais, elas podem inspirar novas maneiras de se relacionar com a natureza e com os cultivos. Para os autores acima, é nos quintais que

encontramos a maioria das PANC que fazem parte da cultura alimentar, podendo ser compreendidos como patrimônio biocultural.

Conduziremos, a seguir, discussões sobre quintais e PANC, a possibilidade de reafirmar o DHAA e a de construir conhecimentos agroecológicos afinados com a EA crítica. Partimos de uma imersão teórica para buscar responder as questões que lançamos na introdução: Quais potencialidades educativas os quintais com PANC trazem? Como podem contribuir na resistência à negação do DHAA e ao colapso ambiental? Nesse desafio, duas temáticas serão então mobilizadas: a possibilidade de reafirmar o DHAA por meio das PANC e a possibilidade de construir conhecimentos agroecológicos identificados com a Educação Ambiental (EA) crítica.

### **Comer mato do quintal possibilita reafirmar o Direito Humano à Alimentação Adequada**

Somos uma sociedade construída sobre um profundo intercâmbio de biodiversidade alimentar, com alimentos originários da Europa, norte da África e Ásia, sendo 52% provenientes dessas 3 regiões e 18% originárias do centro e sul da América. Sendo, segundo Raniere (2018), a América a mais rica em espécies vegetais. Esse comportamento afeta diretamente nossa agricultura, nossa cozinha e nossos rituais alimentares. Na agricultura familiar, nas muitas hortas e pomares, esse cenário também não é diferente, sendo que as principais folhosas que comemos são exóticas, mesmo as frutas, que são as mais pesquisadas, não possuem uso real (KINUPP; LORENZI, 2014). Ou seja, esse panorama afeta nossa SSAN, que pode ser atribuído à grande influência dos processos de colonização e ao modelo atual de agricultura, baseado em monoculturas e produção de *commodities* agrícolas (RANIERE, 2018).

No que tange à influência dos processos de colonização, trazemos o conceito da colonialidade do saber, de Walsh (2007). A autora diz que a “história” do conhecimento é marcada geo-historicamente, geo-politicamente e geo-culturalmente, ou seja, tem valor, cor e lugar de ‘origem’, tendo o eurocentrismo como uma perspectiva dominante do conhecimento, negando, assim, outras formas de conhecimento que não sejam brancas, europeias e científicas. Há por volta de 26.000 espécies de vegetais e/ou derivados com potencial alimentício, mas atualmente são consumidas em larga escala de 150 a 200 espécies, sendo que apenas 3 delas (trigo, arroz e milho) representam 60% do que é consumido (RANIERE, 2018). Devido ao sistema agroalimentar hegemônico, nossa alimentação tem se tornado monótona, homogênea e prejudicial à soberania alimentar dos povos.

É nesse contexto de espécies de plantas comestíveis, que são negligenciadas, subutilizadas e/ou desconhecidas, que surgem as PANC. Complementando a conceituação da introdução, também são conhecidas como inços, matos e/ou ervas-daninhas, pois coexistem entre plantas convencionais cultivadas (KINUPP, 2007), recebendo o nome carinhoso de ‘matos de comer’.

Vale ressaltar que as PANC vão além das plantas comestíveis que são ou foram tradicionais na nossa alimentação, muitas ainda são desconhecidas e, conhecê-las, assim como, identificá-las, também se faz crucial para a SSAN.

Para Callegari e Matos Filho (2020), algumas PANC são espécies rústicas, adaptáveis e resilientes, de fácil obtenção e cultivo, características que favorecem a adaptabilidade climática e a qualidade nutricional. Para esses autores, reconhecer as plantas e partes de plantas não convencionais na alimentação, além de resgatar as características culturais da alimentação, promove autonomia dos povos e a soberania alimentar, evitando o desaparecimento delas no nosso cotidiano. Contribui também com a conservação e uso da biodiversidade, para a promoção da SSAN e, consequentemente, para a garantia do DHAA, possibilitando o aumento da oferta e diversificação de alimentos.

Os saberes acerca das PANC, aquelas ditas como tradicionais, estão sofrendo epistemicídio, não apenas pela colonialidade do saber, mas também pelo constante ataque aos povos originários e tradicionais que detêm seus conhecimentos de uso, cultivo e sementes crioulas, vide o Pacote da Destrução, nome dado ao agrupamento de projetos de lei no Brasil (PL 6.299, PL 2633/PL 510, PL 3.729, PL 490 e PL191) em 2022, onde cada PL, em diferentes fases de tramitação, causam danos irreversíveis aos ecossistemas brasileiros, uma vez que são temas que vão da posse de terras, legalização da grilagem até o licenciamento ambiental (OBSERVATÓRIO DO CLIMA, 2022).

Ainda sobre os saberes acerca das PANC, Raniere (2018) traz uma perspectiva dos quintais com PANC enquanto patrimônio cultural, por fazerem parte de um sistema alimentar tradicional e local, e que estão em via de desaparecimento ou risco de perda, devido ao processo acelerado de urbanização e globalização, que acarreta mudanças nos hábitos alimentares, interrupção na transmissão do conhecimento e descontinuidade no cultivo de plantas comestíveis não convencionais, provenientes desse sistema tradicional alimentar.

Levando em consideração que a agroecologia promove a biodiversidade, os saberes tradicionais e relações éticas entre sujeitos e outros seres, buscando um sistema mais justo, afirmando o papel crucial da mulher como guardiãs de sementes e do conhecimento tradicional das plantas medicinais e comestíveis não convencionais, argumentamos que PANC e agroecologia são indissociáveis, a partir do momento que dizem respeito a nossa biodiversidade, aos nossos saberes alimentares dentro de uma visão complexa de agroecossistema.

Atualmente, a maioria das PANC se encontram em quintais, sejam urbanos ou rurais, principalmente aquelas que são consideradas tradicionais. Os quintais urbanos já passaram por diversas transformações, de espaços expressivos atrás das construções, a resistência à verticalização. Devido ao aumento demográfico, sofreram uma desvalorização e passaram a ser pavimentados. Já os quintais rurais, que envolvem a casa, são um espaço de

práticas importantes para uma pequena propriedade: fornecem alimento, produzem saberes, vivenciam experiências e práticas culturais. É um espaço multidimensional, carregado de significado e sentido biológico, social, cultural e filosófico (PINILLA; OLIVEIRA, 2019).

Silva, Almada e Oliveira (2019), ao investigarem quintais urbanos, entenderam que os atores de sua pesquisa demonstraram um profundo saber ecológico de manejo. Os autores interpretaram os quintais como uma expressão de uma identidade territorial, um espaço de ruptura com a dicotomia rural/cidade. Para além de prover alimentos, os quintais contribuem, também, para a formação de um circuito social e promovem diversas relações, seja do cotidiano entre seres humanos, como também entre seres humanos e não humanos.

Amorozo (2002) faz uma relação entre quintais e a agricultura tradicional e nos diz que, pelo fato de os quintais proporcionarem acesso imediato das casas, permitem a manutenção de uma gama extensa de espécies e variedades de plantas, mantendo uma diversidade vital para fatores imprevisíveis que possam colocar em risco a produção, sendo ricos depositários de germoplasma. Os quintais fazem parte de um modo de vida, estreitam laços de vizinhança e parentesco, mantém vivas as tradições locais em espaços de convivência. No que tange às PANC, são espaços de cultivo de plantas tradicionais que estão em desuso na agricultura convencional, ou que “saíram de moda” (2002, p. 3). Amorozo acrescenta, também, que “a segurança alimentar constitui uma das mais importantes motivações para a manutenção de cultivares ou raças, mesmo que não apresentem características imediatamente valorizadas” (2002, p. 3).

Pinilla e Oliveira (2019) acrescentam que, culturalmente, são as mulheres as responsáveis pelas tarefas do quintal: desenvolvimento, manutenção, preparação de terra, limpeza, colheita e a armazenamento de sementes, possuindo, assim, o conhecimento sobre as espécies e os recursos genéticos e assegurando a segurança alimentar de sua família. E é nesse trabalho que se dá o início da transição agroecológica nos territórios, tendo como principais motivações a preocupação com a saúde e alimentação da família, conservação da biodiversidade e a resistência ao agronegócio, expressando um conjunto amplo de saberes acerca dos ecossistemas, ressignificando a cultura, território e a alimentação. Esse movimento agroecológico das mulheres nos quintais resgata e preserva o patrimônio alimentar, salvaguardando as memórias, saberes e as identidades de determinado território (SCHOTTZ, 2014).

Silva, Almada e Oliveira (2019) trazem uma perspectiva de que os quintais foram historicamente invisibilizados e velados, tendo sua importância para a constituição do espaço das cidades desconsideradas, mas também, para além da historicidade, há uma desconsideração epistêmica, uma vez que a modernidade silenciou saberes, práticas e experiências julgadas como marginais periféricos. Partimos do princípio de que, consequentemente, o

mesmo aconteceu com as PANC, principalmente aquelas consideradas tradicionais.

Silva, Almada e Oliveira (2019) corroboram com Amorozo (2002) no que tange a SAN e à manutenção a agrobiodiversidade nos quintais, ou seja, manutenção do conhecimento e manejo de muitas PANC, acrescentando que são um espaço de herança cultural e assumem um papel importante “*na resistência a constante tentativa do sistema agroalimentar hegemônico em padronizar a produção e consumo de alimentos*” (SILVA; AMADA; OLIVEIRA, 2019, p. 96). Para os autores, os quintais demonstraram funções essenciais de natureza econômica, social, nutricional, cultural e ambiental.

Por possibilitarem a configuração de lugares de resistência (ALMADA; SOUZA, 2017) e de transmissão dos saberes através da oralidade, podem ser, também, lugares de produção de saberes e educabilidades direcionadas ao pensamento crítico, colaborando “no entendimento da consciência histórica e valoriza a vida de todos que são parte do que somos como humanidade” (LOUREIRO, 2020, p. 143). Para Rufino, a memória e a ancestralidade são “*matrizes e motricidade para uma educação que transgrida os limites do cânnone*” (2021, p. 24).

A educabilidade produzida pelos quintais com PANC se apoia em uma educação conferida por Brandão enquanto “*uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em uma sociedade*” (grifo do autor, 2007, p. 10). Assim, os quintais com PANC podem ser entendidos como práticas de (re)existir, sendo microesfera das táticas cotidianas de resistência, onde pessoas fazem política (CARDOSO; CAMPOS, 2017), desempenhando um papel contra hegemônico de resistência diante do processo de homogeneização dos modos de vida e desperdício de experiências promovido pela modernidade. Desse modo, esses espaços possibilitam o exercício de outra racionabilidade ambiental, em uma ecologia dos saberes (ALMADA; SOUZA, 2017), possibilitando que o DHAA seja assegurado.

Entender os quintais com PANC como espaços produtores de educabilidade é possibilitar o (re)encantamento da Educação Ambiental, por ser um possível lugar de reflexões a partir de uma perspectiva decolonial, sendo esta contextualizada nas realidades socioambientais do sul global (RUFINO, CAMARGO, SÁNCHEZ, 2020). Nas palavras de Almada e Venâncio “*ao se abrir ao (re)encantamento do mundo, podemos pensar o processo educativo que se dá em nosso engajamento cotidiano com os demais viventes*” (2021, p. 75). A seguir, discutiremos a produção de conhecimentos agroecológicos afinados com a Educação Ambiental (EA) crítica.

## Comer mato do quintal possibilita a produção de conhecimentos agroecológicos

A Educação Ambiental (EA) Crítica surge como uma educação para liberdade na perspectiva freireana tendo como situação-limite a questão ambiental, ou seja, o colapso ambiental. Layrargues (2020) aponta que para enfrentarmos essa situação-limite, a EA, por ser uma área social do conhecimento, deve desvelar a problematização pedagógica entre as interações humanas e o meio ambiente, melhor dizendo, deve-se fazer uma leitura ecopolítica dessa relação, assim como proporcionar uma ampla compreensão da origem da degradação ambiental, das mudanças climáticas e das pandemias. Para o autor, a EA deve formar sujeitos ecopolíticos, capazes de se expressar para além da esfera doméstica e do círculo de consumo.

Entendemos que a EA crítica, que forma sujeitos ecopolíticos, inclui a compreensão dos sistemas ecológicos, sociais, bem como as relações de poder e suas consequências. Esses sujeitos, além de trazerem “*a indignação no lugar da indiferença*” (LAYRARGUES, 2020, p. 26) são capazes de realizar uma análise crítico-humanizadora das relações entre humanidade e natureza, chegando a uma compreensão agroecológica. Nesse sentido, defendemos que a agroecologia e a EA crítica se complementam e caminham juntas. Para Ferreira, Durán, Souza, Santos e Witt (2016), enquanto uma dá suporte na transição para agroecossistemas sustentáveis, a outra possibilita a construção de uma nova relação entre a humanidade e a natureza. Ambas buscam uma transformação no *modus operandi* hegemônico, valorizando os saberes e apreendendo a complexidade das relações.

A EA crítica assume um papel importante na compreensão dos paradoxos da questão alimentar, na medida em que possibilita dar visibilidade aos atores sociais injustiçados e contribui para a articulação de lutas em defesa de seus territórios. Invisibilidade que, muitas vezes, é ocasionada por uma ótica conservacionista ou pragmática<sup>9</sup> dos problemas ambientais. A partir da justiça ambiental aliada a EA crítica é possível problematizar as contradições dos modelos de desenvolvimento e de sociedade experimentadas local e globalmente (COSENZA; MARTINS, 2012).

A justiça ambiental quando situada na pesquisa e na prática social educativa da EA crítica, a partir do *lócus* epistêmico da Ecologia Política, favorece a construção de novos caminhos para compreender educabilidades em espaços não-formais e informais. A Ecologia Política possibilita outros olhares para a questão ambiental, que potencializam a transformação societária, uma vez que propõe uma nova racionalidade socioambiental que se opõe à racionalidade moderno-colonizadora, a qual nega os direitos humanos e

<sup>9</sup> Esta ótica é proveniente de uma Educação Ambiental conservadora, que para Layrargues (2020) essa educação serve ao capital, sendo instrumental ao sistema hegemônico que nos levou a ultrapassar uma situação limite ambiental, nos levando ao processo do colapso ambiental. É uma educação que segue o curso da sua lógica a partir de uma fórmula capitalista de sustentabilidade.

da natureza, causando injustiças (SILVA; SILVA; COSENZA; MILANÉS, 2021). O diálogo que a EA trava com a Ecologia Política tem a pretensão de “*construir processos educativos a partir de uma lógica que se opõe à lógica do sistema capitalista e, assim, contribuir para o processo de transformação do que é injusto*” (SILVA; SILVA; COSENZA; MILANÉS, 2021, p. 22), anunciando epistemologias e pedagogias insurgentes que emergem das práticas sociais dos sujeitos em situação de violação de direitos humanos, como o caso do DHAA.

Os quintais, na perspectiva agroecológica, quando considerados espaços contra hegemônicos do cotidiano e de patrimônio biocultural, são também espaços que proporcionam educabilidades. Para essa afirmação, nos apoiamos ao pensamento de Brandão quando diz que “*esparramadas pelos cantos do cotidiano, todas as situações entre pessoas, e entre pessoas e a natureza [...] têm, em menor ou maior escala a sua dimensão pedagógica*” (2007, p. 20). Semelhante consideração pode ser vista em Rufino quando esclarece que a educação é um “*repertório de práticas miúdas, cotidianas e contínuas, que serpenteiam no imprevisível e roçam possibilidades para plantar esperanças, amor e liberdade*” (2021, p. 5). Para o autor, quando a educação está “*comprometida com a diversidade das existências e das experiências sociais é, em suma, um radical descolonizador*” (2021, p. 12). Portanto, assumimos que os quintais com PANC são espaços férteis para uma educação emancipadora, transformadora e para a liberdade, desvelando o poder neoliberal do sistema agroalimentar hegemônico e seus projetos ideológicos.

### **Considerações finais**

Neste artigo teórico argumentamos que os quintais com PANC são espaços potenciais de construção de educabilidades por meio de duas temáticas analíticas construídas na imersão teórica: a possibilidade de reafirmar o DHAA e a de construir conhecimentos agroecológicos afinados com a Educação Ambiental (EA) crítica. Consideramos que são espaços de resistência, educabilidades, (re)existência, território fértil de pesquisa para uma EA crítica, contribuindo, assim, para uma educação transformadora.

Quintais podem se constituir como espaços de resistência por serem considerados santuários da agrobiodiversidade, condição importante para a SSAN, tendo as mulheres como protagonistas dessa prática que preserva nosso patrimônio biocultural, sendo resistência ao processo de homogeneização do consumo e produção de alimentos. A prática social de plantar e se alimentar nos quintais pode se comportar como microesferas das táticas cotidianas, onde pessoas fazem política e asseguram o DHAA.

Quintais com PANC podem se constituir como espaços de educabilidade por serem lugares de transmissão dos saberes através da oralidade e, também, por serem lugares de produção de saberes que encaminham a sociedade ao pensamento crítico. Sendo, ademais, um lugar informal de

compreensão agroecológica afinada a EA crítica. Possibilitam o exercício de uma outra racionabilidade ambiental, insinuando na prática ecologia dos saberes um lugar de (re)encantamento do mundo.

Podem se constituir como espaços de (re)existência, frente às transformações em que seus sujeitos estão submetidos, quando valorizam a biodiversidade e os saberes acerca da alimentação. São espaços de vivências sociais, práticas culturais e ancestrais, que resgatam a autonomia e autoestima das famílias, onde há a possibilidade da manutenção e reprodução dos modos de vida, assim como, de produção de *comida de verdade*.

Os quintais com PANC se constituem em território fértil de pesquisa para uma Educação Ambiental adjetivada como crítica que se propõe a desvelar as consequências das cadeias produtivas globais do mercado internacional. A EA, amparada sob o lócus epistêmico da Ecologia Política, apresenta pedagogias outras, insurgentes, decoloniais, e práticas educativas que propõem novas formas de (re)existir, resistir e (re)viver, e que não se encerram em apenas valorizar a natureza através de um abraço na única árvore da praça da cidade.

Consideramos, por fim, que os quintais com PANC, podem se configurar como espaços de produção de conhecimentos que contribuem para uma educação emancipadora, transformadora e para a liberdade a partir da valorização da memória, da identidade territorial e de uma das práticas sociais mais constitutivas do humano: a de produzir alimento e de se alimentar.

## Referências

- ALIER, Joan Martínez. **O ecologismo dos pobres**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.
- ALMADA, Emmanuel Duarte; SOUZA, Mariana Oliveira e (org.). **Quintais: memória, resistência e patrimônio biocultural**. Belo Horizonte: UEMG, 2017.
- AMOROZO, Maria Christina de Mello. Sistemas agrícolas tradicionais e a conservação de agrobiodiversidade (Texto resumido e modificado de Amorozo, M.C.M. Agricultura Tradicional, Espaços de resistência e o prazer de plantar). In: ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino et al. **Atualidade em Etnobiologia e Etnoecologia**. Recife: Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia, 2002, p. 123-131. Disponível em: <<http://arquivo.ambiente.sp.gov.br/cea/2011/12/MariaA.pdf>>. Acesso em 9 mar. 2022
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. S.Paulo: Brasiliense, 2007.
- BRASIL. Lei n. 11.346 de 15 setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF. 18 set. 2006. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm)>. Acesso em: 30 dez. 2020.

BRASIL. Governo do Brasil. **Pesquisa do IBGE mostra aumento da obesidade entre adultos.** 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2020/10/pesquisa-do-ibge-mostra-aumento-da-obesidade-entre-adultos>. Acesso em 28 jan. 2022.

CALDART, Roseli. Agroecologia nas Escolas de Educação Básica: fortalecendo a resistência ativa!. **Anais** do VIII Encontro Estadual de Educadoras e Educadores de Assentamentos de Reforma Agrária do MST RS. Nova Santa Rita, 30 e 31 de out. 2019. Disponível em: <<https://www.biodiversidadla.org/Documentos/Agroecologia-nas-Escolas-de-Educacao-Basica-fortalecendo-a-resistencia-ativa>>. Acesso em: 3 mar. 2021.

CALLEGARI, Cristina Ramos.; MATOS FILHO, Altamiro Moraes. PANC, soberania e segurança alimentar e nutricional. *In:* GINDRI, Diego Medeiros; MOREIRA, Patrícia Almeida Barroso; VERRISSIMO, Mario Alvaro Aloisio (org.). **Sanidade Vegetal:** uma estratégia global para eliminar a fome, reduzir a pobreza, proteger o meio ambiente e estimular o desenvolvimento econômico sustentável. Florianópolis: CIDASC, 2020. p. 258-264.

CARDOSO, Thiago Mota; CAMPOS, Marilena Altenfelder Arruda. Quintais Pataxó: lugares de resistência. *In:* ALMADA, Emmanuel Duarte; SOUZA, Mariana Oliveira (org.). **Quintais:** memória, resistência e patrimônio biocultural. Belo Horizonte: UEMG, 2017. p. 77-91.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do Outro Como Não-Ser como fundamento do Ser.** Tese de doutorado. Feusp. Programa de Pós-graduação em Educação, 2015.

CAVALCANTI, Cacilda Rodrigues; FARAGE, Eblin; FERREIRA, Franklin Douglas; DIAS, Raquel; BRANDÃO, Selma Maria Silva de Oliveira. Educação e Cultura na Luta por Emancipação da Humanidade: ataques e resistências no governo Bolsonaro. **Revista de Políticas Públicas**, v. 24, p. 312-330, 2020.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). **Manifesto da 5 Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional à Sociedade Brasileira sobre Comida de Verdade no Campo e na Cidade, por Direitos e Soberania Alimentar.** Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicao/noticias/2015/novembro/manifesto-a-sociedade-mostra-o-que-e-comida-de-verdade>>. Acesso em: 18 jul. 2019.

COSENZA, Angélica; MARTINS, Isabel. Os sentidos de “conflitos ambiental” na Educação Ambiental: uma análise dos periódicos de Educação Ambiental. **Ensino, Saúde e Ambiente** – v.5(2), p. 234-245, ago. 2012.

COSENZA, Angélica. Agroecologia Escolar: quando professores/as e agricultores/as se encontram. *In:* COSENZA, A.; SILVA, C.N.; REIS, E. dos R. **Agroecologia Escolar:** quando professores/as e agricultores/as se encontram. Rio das Ostras, RJ: Nupen/UFRJ, 2021.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Regimes Alimentares, impérios alimentares, soberanias alimentares e movimentos alimentares. **Revista Latino Americana de estudos rurais (ReLaER)**, v. 4(7), ene./jun., 2019.

FERREIRA, Aline Guterres; DURÁN, Carlos Ernesto Ayala; SOUZA, Dina Ferreira de; SANTOS, Francisco José Costa dos; WITT, Julia Rovena. Agroecologia e Educação Ambiental. *In: SOGLIO, Fábio Dal; KUBO, Rumi Regina. (org.). Desenvolvimento, agricultura e sustentabilidade.* Porto Alegre: UFRGS, 2016. p. 133-143.

GUHUR, Dominique; SILVA, Nívia Regina da. Agroecologia. *In: DIAS, Alexandre Pessoa; STAUFFER, Anakeila de Barros, MOURA, Luiz Henrique Gomes de; VARGAS, Maria Cristina. Dicionário de agroecologia e educação.* São Paulo: Expressão Popular: Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021. P. 59-73.

HLPE. **La nutrición y los sistemas alimentarios.** Um informe del Grupo de alto nivel de expertos em seguridad alimentaria y nutrición del Comité de Seguridad Alimentaria Mundial, Roma, 2017. Disponible em: <<http://www.fao.org/cfs/cfs-hlpe/informes/es/>>. Acesso em: 13 nov. 2021.

HLPE. **Agroecological and Other innovative approaches for sustainable agricultura and food systems that enhance food security and nutrition.** Rome, 2019. Disponible <[https://www.fao.org/fileadmin/user\\_upload/hlpe/hlpe\\_documents/HLPE\\_Report\\_s/HLPE-Report-14\\_EN.pdf](https://www.fao.org/fileadmin/user_upload/hlpe/hlpe_documents/HLPE_Report_s/HLPE-Report-14_EN.pdf)> Acesso em: 13 nov. 2021>.

JAIME, Patricia; et al. **Diálogo sobre Ultraprocessados:** soluções para sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis. Cátedra Josué de Castro; NUPENS/USP, 2021. Disponível em: <<http://catedrajc.fsp.usp.br/publicacoes/dialogo-sobre-ultraprocessados-solucoes-para-sistemas-alimentares-saudaveis-e-sustentaveis/>>. Acesso em: 13 nov. 2021.

KINUPP, Valdely F. **Plantas alimentícias não-convencionais da região metropolitana de Porto Alegre, RS.** Tese (Doutorado em Fitoterapia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2007.

KINUPP, Valdely F.; LORENZI, H. **Plantas Alimentícias não convencionais (PANC) no Brasil:** guia de identificação, aspectos nutricionais e receitas ilustradas. São Paulo: Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 2014.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Pandemias, Colapso Climático, Antiecologismo: Educação Ambiental entre as emergências de um ecocídio apocalíptico. **Revist Brasileira de Educação Ambiental**, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 1-30, 2020.

LEÃO, Marília (org). **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional.** Brasília: ABRANDH, 2013.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. Contribuições teórico-metodológicas para a Educação Ambiental com povos tradicionais. **Ensino, Saúde e Ambiente** – número especial, p. 133-146, jun. 2020.

LOURENÇO, Daniel Braga. **Qual o valor da natureza?** Uma introdução a ética ambiental. São Paulo: Elefante, 2019.

MACHADO, Renato Luiz Abreu. **Direito Humano à Alimentação Adequada.** CONSEA. 2017. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/acesso-a-informacao/institucional/conceitos/direito-humano-a-alimentacao-adequada>>. Acesso em: 29 jan. 2021.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luiz Carlos Pinheiro. **A dialética da Agroecologia:** contribuições para um mundo com alimentos sem veneno. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. **Pacote da Destrução:** o que dizem os projetos de lei em pauta. 2022. Disponível em: <<https://www.oc.eco.br/pacote-da-destruicao-o-que-dizem-os-principais-pls/>>. Acesso em: 9 jul. 2022>.

PENSSAN, REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR. **II Inquérito nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil** (livro eletrônico). São Paulo: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <<https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>>. Acesso 14 de jun. 2022

PIGNATI, Wanderlei Antônio; SOARES, Mariana Rosa; LEÃO, Luis Henrique da Costa. A cadeia produtiva do agronegócio, danos ambientais, acidentes de trabalho, agrotóxicos, doenças e pandemias: um resumo. *In:* PIGNATI, Wanderlei Antonio; CORRÊA, Marcia Leopoldina M.; LEÃO, Luís Henrique da Costa;; MACHADO, Jorge Huete (org.). **Desastres sócio-sanitário-ambientais do agronegócio e resistências agroecológicas no Brasil.** São Paulo: outras Expressões, 2021. p. 95-111.

PINILLA, Nara Nara.; OLIVEIRA, Maria do Socorro Lima. A percepção sobre os quintais rurais por mulheres agricultoras do Sertão do Pajeú – PE. **Caderno de Ciências Sociais da UFRPE.** ano VIII, v. II, n. 15, jul./dez., 2019.

RANIERE, Guilherme. Levantamento Etnobotânico das Plantas Alimentícias nos municípios de Areias e São José do Barreiro – SP: um patrimônio nos quintais urbanos. 2018. **Dissertação** (Mestrado em Ciência Ambiental) - Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

RANIERE, Guilherme. **Matos de Comer:** identificação de plantas comestíveis. Ed do Autor, 2021.

RUFINO, Luiz; CAMARGO, Daniel Renaud; SÁNCHEZ, Celso. Educação Ambiental desde El Sur: a perspectiva da Terreexistência como política a poética descolonial. **Revista Sergipana de Educação Ambiental. REVISEA**, São Cristóvão, v.7, n. especial, 2020.

RUFINO, Luiz. **Vence–demanda**: a educação e descolonização. Rio de Janeiro, 2021.

SANTOS, Maureen; GLASS, Verena (org.). **Atlas do Agronegócio**: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

SCHOTTZ, Vanessa. Em defesa da alimentação adequada e saudável. **Agriculturas**. v.11, n. 4, dez. 2014.

SILVA, Yan Victor Leal da; ALMADA, Emmanuel Duarte; OLIVEIRA, Marcelo Lelles Romarco de. Lembrar a roça, saber a cidade: trocas simbólicas nos quintais de Ibirité, Minas Gerais, Brasil. **Revista Geográfica Venezolana**, v. 60, n. 1, p. 226-240, enero/jun. 2019.

SILVA, Michele Alice da; SILVA, Camila Neves; COSENZA, Angélica; MILANÉS, Olga Alicia Gallardo. Quando a Educação Ambiental anuncia a Ecologia Política: o que dizem os anais do Encontro Pesquisa em Educação Ambiental? **Revista em Educação Ambiental**, vol. 16, n. 2, 2021.

THE LANCET; ALIMENTANDO IDEIAS. **Sindemia Global da Obesidade, Desnutrição e Mudanças Climáticas**: relatório da Comissão The Lancet. Jan, 2019. Disponível em: <[https://alimentandopoliticas.org.br/wp-content/uploads/2019/08/idec-the\\_lancet-sumario\\_executivo-baixa.pdf](https://alimentandopoliticas.org.br/wp-content/uploads/2019/08/idec-the_lancet-sumario_executivo-baixa.pdf)>. Acesso em: 22 set. 2021.

VIA CAMPESINA. **Brasil**: soberania alimentar deve ser debatida pelo conjunto da sociedade. 18 out. 2016. Disponível em: <<https://cloc-viacampesina.net/brasil-soberania-alimentar-deve-ser-debatida-pelo-conjunto-da-sociedade/>>. Acesso em: 30 dez. 2020.

WALSH, Catherine. Interculturalidad, colonialidad y educación. **Revista Educación y Pedagogía**, v. XIX, nº. 48, may./ago., 2007. Disponível em: <[https://flacsoandes.edu.ec/sites/default/files/agora/files/1265909654.interculturalidad\\_colonialidad\\_y\\_educacion\\_0.pdf](https://flacsoandes.edu.ec/sites/default/files/agora/files/1265909654.interculturalidad_colonialidad_y_educacion_0.pdf)>. Acesso em: 12 jul. 2021.